

A usurpação dos direitos humanos de pessoas pretas na cidade do Rio de Janeiro

The usurpation of the human rights of black people in the city of Rio de Janeiro

Marcelo dos Santos Lessa

mslessa@gmail.com

Graduando em Teologia pela PUC-Rio

Resumo

Pensamos neste artigo não com a intenção de ser um apanhado histórico, mas com o objetivo de fazer uma reflexão sobre como aqueles que construíram uma cidade tão deslumbrante são privados de usufruir daquilo que ela tem melhor para oferecer e como estas pessoas são segregadas em “guetos urbanos” e invisibilizadas pelos descendentes da aristocracia lusitana do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Racismo. Segregação. Escravização. Descolonização

Abstract

We thought of this article; not to be a historical overview, but to reflect on how those who built such a stunning city are deprived of enjoying what it has best to offer and how these people are segregated into “urban ghettos” and made invisible by the descendants of the Lusitanian aristocracy in Rio de Janeiro.

Keywords: Racism. Segregation. Enslavement. Decolonization

Introdução

O Rio de Janeiro parece uma cidade belíssima. Entretanto, temos, explicitamente, duas cidades dentro de uma só. Existe aquela conhecida como Cidade Maravilhosa; mas também existe uma outra cidade, sem o glamour da primeira, sem as benesses do Estado, sem o desenvolvimento que se vê na parte turística. É uma cidade dos esquecidos; são guetos suburbanos onde os reais construtores das maravilhas turísticas e responsáveis por seu funcionamento são segregados.

Essa configuração é herança do modelo de colonização adotado pelos portugueses que aqui chegaram única e exclusivamente para exploração extrativista. Dotados de espírito aventureiro, logo, com pouca inclinação para o trabalho, escravizaram pessoas no continente africano para realizar o trabalho pesado, do tipo que não era digno para um homem branco. O desenrolar da história nos mostra que essa mentalidade escravagista nunca foi superada, apenas mudou de nome e configuração, mas permanece com os mesmos elementos fundamentais. O racismo presente no início da construção do Brasil atravessa a história, sofre metamorfoses, mas sempre está sendo cultivado e adubado por aqueles que dele tiram proveito.

Se as estruturas de segregação sempre estão sendo construídas, as lutas para derrubá-las também não cessam. Essa esperança teimosa ganha força nas últimas décadas e abala o alicerce de um sistema idealizado para separar. O Rio de Janeiro, como espelho do Brasil, vai experimentando uma nova era, de ascensão da pessoa negra, de tomada de consciência daquilo que se é, sem ter o branco como referência. O “eu” que o negro tem como referência, a partir de agora, é o próprio negro; para que ele seja, basta ser por si mesmo, em sua identidade própria. A cor da pele não pode mais incutir na alma do descendente de escravizados o pensamento de um ser inferior.

O negro na formação do Rio de Janeiro

O espírito aventureiro português proporcionou conquistas importantes para seu império. O domínio das técnicas de navegação foi fundamental para que se chegasse onde as caravelas lusitanos chegaram. As conquistas, entretanto, não tinham o objetivo de ocupação de novas terras; os portugueses eram, num primeiro momento, um povo coletor, exploravam a terra para tirar dela tudo o que fosse possível.¹

Ao chegar à costa deste novo mundo, os portugueses encontraram uma sociedade com sua organização própria. Eram povos nativos de etnias diversas, mas de uma mesma raiz, a

¹ HOLANDA, S. B., *Raízes do Brasil*, p. 49-50

Tupi. Eram povos que falavam dialetos do mesmo tronco linguístico, por isso a comunicação entre eles não era problemática. Começavam a dominar a agricultura, por isso tinham fartura de alimentos ao longo do ano; dependiam do acaso, porém, para conseguirem alimentos através da caça. Estrategicamente ocupavam a costa e as margens dos rios, privilegiando os lugares mais férteis para garantir a sobrevivência dos grupos.² Nesta sistemática de vida nativa, os “estrangeiros” chegam até à terra que seria chamada, posteriormente, de Rio de Janeiro.

A ocupação francesa da Baía de Guanabara contou com o apoio de algumas etnias nativas, a saber: os Tupinambá (Rio de Janeiro), os Carijó (planalto paulista), os Goitacá e os Aimoré (Serra do Mar). Essa aliança pretendia fazer guerra aos portugueses e aos grupos indígenas que os apoiavam.³ A coalizão “franco-indígena”, no final das contas, sai derrotada. Os portugueses retomam a baía com a ajuda dos indígenas aliados pelos jesuítas.

Porém, antes destes conflitos, a chegada dos brancos à “nova terra” traz esperança aos nativos. As suntuosas naus pareciam trazer a possibilidade real de serem levados para a Terra sem Males, morada de Maíra. Entretanto, aqueles fétidos seres traziam as mais variadas moléstias para os que já habitavam a terra; inaugurava-se uma guerra biológica sem que os indígenas pudessem perceber. O cunhadismo⁴ introduz o branco à vida da aldeia, surgindo assim uma nova etnia que Darcy Ribeiro classifica como o povo genuinamente brasileiro primitivo.⁵

Obviamente, seres de espíritos tão livres, tão aventureiros, não se submeteriam ao labor de lavrar a terra ou criar animais. A mão de obra indígena já não era mais suficiente, fora reduzida pelas mortes causadas por doenças – trazidas pelos brancos – e pelos genocídios das guerras. O “progresso” europeu não beneficiou outros senão os próprios brancos. Nessa necessidade de ter por aqui alguém que fizesse as vezes do trabalhador, dá-se início a uma das páginas mais sombrias da história de formação do Brasil. São trazidas para cá pessoas escravizadas oriundas da África; o termo “seres humanos feitos escravos” parece mais adequado.

Vai formando-se na América uma sociedade agrária e escravocrata, onde a consciência de raça do lado dos portugueses era praticamente nula.⁶ Justamente um povo que sofreu tanta influência africana – mais especificamente no norte da África, com os mouros árabes –,

² RIBEIRO, D., *O povo brasileiro*, p. 26-27

³ RIBEIRO, D., *O povo brasileiro*, p. 27-28

⁴ Cunhadismo é um velho hábito indígena de incorporar estranhos à sua comunidade.

⁵ RIBEIRO, D., *O povo brasileiro*, p. 63-64

⁶ FREYRE, G., *Casa-grande & senzala*, p. 65-66

cultivava (e ainda cultiva) um ar de superioridade apenas por considerar-se “civilizado” especialmente pelas marcas do feudalismo, cristianismo, direito romano.⁷

A presença dos negros foi fundamental para o desenvolvimento dos latifúndios por esta *Terra Brasilis*. Os senhores de engenhos vão ficando cada vez mais abastados graças à exploração do trabalho desse povo vigoroso que chega de países da África.⁸ Impossível, pois, considerar que a convivência entre os africanos escravizados e os senhores de engenho e sua família não traria nenhuma influência nos costumes e no futuro do país que se formaria. As culturas, inevitavelmente, vão-se amalgamando, “emprestando” uma à outra, seus elementos mais significativos.

Não são desconhecidas e nem são poucas as relações “escondidas” entre jovens brancos e suas amantes escravizadas, negras; também não são poucos os casos amorosos, também ocultados pela história oficial brasileira, das “sinhas” com os escravos do seu “sinhô”. Sem falar nos laços psicoafetivos que se davam entre os pequenos filhos dos senhores e suas amas de leite, negras.⁹ Sendo, então, esses relacionamentos acontecidos às escondidas e postos sob sigilo por imposição dos colonizadores, não seria esse um dos ramos pertencente à raiz do racismo no Brasil?

Em 1808, chega ao Rio de Janeiro a família real portuguesa. O porto local era o mais importante do Brasil; todos os navios vindos dos Estados Unidos e da Europa aportavam no Rio de Janeiro antes de seguir viagem para a Ásia e/ou África.¹⁰ Todas as decisões mais importantes, assim como as transações comerciais mais relevantes aconteciam na cidade que era cheia de edifícios, geralmente de dois pavimentos, com paredes de granito e cobertos por telhas tubulares. Este é o cenário que a família real encontra ao desembarcar no Brasil.¹¹

Todos os municípios do Império brasileiro se utilizavam de mão de obra escrava, mas o Rio de Janeiro concentrava, em 1870, 48.939 trabalhadores escravos.¹² Podemos facilmente deduzir que os escravizados foram os principais responsáveis pela edificação da estrutura urbana encontrada pela família real. Voltando a 1808, o que espantava os europeus que desembarcavam na cidade era a quantidade de negros livres circulando, praticando pequeno comércio, muitos oriundos da América espanhola.¹³ Mas os provenientes do Brasil faziam pequenos comércios por causa da sua incapacidade física para o trabalho braçal. Os chamados

⁷ FREYRE, G., *Casa-grande & senzala*, p. 67

⁸ HOLANDA, S. B., *Raízes do Brasil*, p. 55-58

⁹ FREYRE, G., *Casa-grande & senzala*, p. 367-370

¹⁰ GOMES, L., *1808*, p. 153-154

¹¹ PRIORE, M. D., *Histórias da gente brasileira*, p. 161-163

¹² NASCIMENTO, B., *Uma história feita por mãos negras*, p. 73

¹³ PRIORE, M. D., *Histórias da gente brasileira*, p. 163-164

“africanos livres”, na verdade, eram aqueles rejeitados por não servirem mais como mão de obra aos senhores. Eram, de fato, os desvalidos jogados nas ruas, à mercê da própria sorte. Essa “liberdade” dos negros era, de fato, uma lenda.¹⁴

A liberdade nunca concedida

Aos 13 de maio de 1888, a então princesa Isabel proclama oficialmente o fim da escravidão no Brasil. Vergonhosamente, fomos o último país do mundo a abolir esse regime. Mas a assinatura do documento está bem longe de ser um ato benevolente, mesmo sendo a monarca uma pessoa inclinada à justiça. Antes, muitos movimentos abolicionistas pressionavam a Coroa para que desse fim a essa exploração desumana. Nomes como Luís Gama, André Rebouças e José do Patrocínio lideraram ações para derrubar a escravidão. Houveram também as revoltas de muitos escravizados contra seus senhores, organizando fugas e estabelecendo quilombos para abrigar e proteger os fugitivos.

No decorrer dos anos, percebe-se que, como diz a letra de um samba da Mangueira, o negro fica “livre do açoite da senzala, preso na miséria da favela”.¹⁵ A proclamação da abolição da escravatura foi, na verdade, um golpe para que os senhores, o Estado e parte da Igreja tirassem de suas “costas” a responsabilidade pelo outro do qual eles tiraram praticamente tudo, deixando-o doente, inválido e já idoso. É, no fundo, um ato de desumanidade.¹⁶ Afirma-se, com isso, a ordem social escravocrata estabelecida pelos brancos, que, nesta estrutura, criam castas raciais, classificando o negro como uma raça inferior.¹⁷ Aqui cabe a reflexão de Fanon a respeito da colonização Francesa na Martinica, quando afirma que o branco não reconhece o negro como um “outro eu”; a cor de sua pele já o diferencia daquilo que é comum (ou padrão) entre os colonizadores.¹⁸

Importante ressaltar que os quilombos não eram meramente locais de refugiados, eram também centros de organização política. Embora tenhamos poucas obras que elucidem essa lacuna deixada propositalmente em nossa história, as escassas pesquisas desmistificam a definição branqueada dada a esses locais. Os quilombos eram organizados, formados por africanos, mas também pelos nascidos no Brasil (crioulos) e abrigavam casas em seu interior; eram verdadeiros Estados.¹⁹

¹⁴ NASCIMENTO, A., *O genocídio do negro brasileiro*, p. 79-82

¹⁵ Trecho do Samba-enredo “Cem anos de liberdade, realidade ou ilusão?”; autoria de Helio Turco, Jurandir e Alvinho, apresentado pela Estação Primeira de Mangueira no carnaval de 1988.

¹⁶ NASCIMENTO, A., *O genocídio do negro brasileiro*, p. 79-82

¹⁷ SOUZA, N. S., *Tornar-se negro*, p. 47-48

¹⁸ FANON, F., *Pele negra, máscaras brancas*, p. 125-137

¹⁹ NASCIMENTO, B., *Uma história feita por mãos negras*, p. 109-113

Porém, no fim do século XIX, os quilombos vão desaparecendo. No Rio de Janeiro, alguns desses espaços delimitados se transformam nas primeiras favelas no século XX. Os novos brasileiros, mestiços resultantes dos constantes estupros de mulheres pretas por brancos, são vistos, juntamente com os negros, como uma “mancha negra” na sociedade.²⁰ Mesmo assim, era uma tentativa de branqueamento da raça, uma maneira, pela inexplicável e inaceitável violência sexual, de diminuir a intensidade de melanina presente na pele do brasileiro.

A classificação racial entre seres humanos é algo que não existe no âmbito biológico. A raça é uma construção social que visa, exclusivamente, consolidar o privilégio de um pequeno grupo que se considera uma “raça superior”. A formação dos Estados foi um processo político baseado nas classificações raciais onde a aparência física e o pertencimento de classe determinam capacidade de consumo e circulação social.²¹ Assim, cria-se uma categoria de gente que vai sendo isolada dos padrões de consumo estabelecidos, de um modelo social alicerçado na classe média, branca; essa gente então vai sendo isolada em guetos, porque não possuem as características de um refúgio, nem uma organização como nos quilombos. As pessoas pretas são empurradas, compulsoriamente, para as favelas.

Muito se fala atualmente da ausência do Estado nas comunidades periféricas. Entretanto, o Estado não está ausente, ele se faz presente, e muito! As milícias, por exemplo, são formadas, quase que em sua totalidade por agentes de segurança pública que assumem conduta criminosa. Dessa forma, há uma presença estatal deturpada, pois aqueles juramentados para manter o Estado de direito suprimem os direitos humanos dos mais vulneráveis para estabelecer uma nova ordem perversa. É o estelionato do poder público.

Há também a presença oficial do Estado nas favelas, mas de forma deturpada, corrompida. Nestes espaços, o poder público não entra com ações de desenvolvimento social, urbano ou cultural. Nas comunidades periféricas o que se vê é o braço bélico do Estado. Só nos últimos dois anos, as ações policiais – sempre acompanhadas de violência – tiveram uma média de duas incursões por dia.²² Dentre elas tivemos a operação policial mais letal da história do Rio de Janeiro – a chacina do Jacarezinho em 06 de maio de 2022 – que resultou na morte de 28 pessoas. As famosas UPPs²³ deixaram escancaradas as intenções do poder público para com

²⁰ NASCIMENTO, A., *O genocídio do negro brasileiro*, p. 83

²¹ ALMEIDA, S., *Racismo estrutural*, p. 56

²² <https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2022/07/policias-do-rio-realizaram-duas-operacoes-em-favelas-por-dia-desde-decisao-do-stf-restringindo-acoes.ghtml>

²³ UPP (Unidade de Polícia Pacificadora): programa do governo do estado do Rio de Janeiro que começou a ser implementado em 2008 com a promessa de ser uma ação estatal ampla que pacificaria as comunidades dominadas pelo crime organizado.

as favelas. Entrou-se com o braço armado do Estado, mas não houve nenhuma ação de inserção de políticas de incentivo à cultura, ao esporte, nenhuma ação de saúde pública, educação, lazer etc.

O racismo no Brasil não foi legalizado como na África do Sul e não tão explícito como nos EUA, mas foi institucionalizado nas esferas governamentais e nos estratos sociais.²⁴ O liberalismo, que as elites tanto defendem e querem implementar a todo custo no Brasil, abrem pouco ou quase nenhum espaço para a questão racial.²⁵ O branqueamento social está aí, velado, mas nem tanto assim. Aquele que majoritariamente construiu a parte do Rio de Janeiro chamada Cidade Maravilhosa – região que engloba a Zona Sul e parte da Zona Central – se vê impedido de desfrutar desta “maravilha”. Não porque exista um impedimento institucional, um aparato policial, mas uma barreira invisível, socioeconômica, erigida por quem não abre mão de uma estrutura de privilégios. É possível virar o jogo?

O resgate identitário e a esperança na luta

O último censo realizado pelo IBGE (2010) aponta que 22% da população carioca mora em favelas (cerca de 1.393.314 de pessoas). Deste total, 3% são analfabetos, 27% possuem ensino médio completo, 1% completou o curso superior, 4% têm ensino superior incompleto. Os números mais significativos vêm a seguir. Nas favelas cariocas, 74% dos moradores são pretos ou pardos, enquanto a média do município é de 47%. Somente os números apresentados aqui nos dizem muito sobre a estrutura do racismo na cidade do Rio de Janeiro.

Com a ascensão ao poder de um governo do campo progressista, as políticas públicas de cunho social mudaram de patamar. Logicamente, um governo popular é eleito por uma ação reativa dos mais excluídos, que são a imensa maioria da população brasileira. A criação de universidades federais e a mudança nas políticas de financiamento universitário, como também as políticas de cotas, ampliam o acesso ao ensino superior, especificamente para a parte da população que antes via essa realidade como uma utopia. Entretanto, nada disso acontece sem luta.

A participação popular se faz pela pressão dos movimentos de base; os eleitos o foram para representar as necessidades de todos, mas começando pelos mais vulneráveis. Os movimentos sociais foram fundamentais na construção da Constituição de 1988 e na formulação de leis antirracistas como a Lei 10.639/2003.²⁶ São os excluídos que precisam da

²⁴ NASCIMENTO, A., *O genocídio do negro brasileiro*, p. 123

²⁵ ALMEIDA, S., *Racismo estrutural*, p. 89

²⁶ ALMEIDA, S., *Racismo estrutural*, p. 151

intervenção estatal positiva, eles precisam ser incluídos, visto que nunca estiveram dentro das políticas de Estado desde 1500. E já vimos que estes excluídos são, na grande maioria, pretos e pardos. Era e é urgente virar esse jogo.

Pelo fato de a cidade do Rio de Janeiro concentrar o maior número de universidades e institutos federais do Brasil, as políticas de inclusão promovidas pelo governo petista refletem muito na cidade. Um levantamento realizado pelo consórcio UERJ-UFRJ-UNIRIO aponta que o número de pretos e pardos que ingressam na UFRJ aumentou 71% desde a implementação da política de cotas em 2013 (eram 21% e pularam para 35%); na UERJ, o mesmo estudo mostra que 42% dos cotistas concluem o curso enquanto que entre os que ingressam por livre concorrência, apenas 30% se formam.²⁷ Esse movimento de ascensão dos negros abala a segurança daqueles que haviam sequestrado esses espaços para uso exclusivo de seus clãs.

A ocupação das salas de aulas das universidades cariocas – que estão entre as mais importantes do país – vai conferindo aos menos favorecidos acesso a ambientes até então desconhecidos, inacessíveis. Estar na academia, especialmente nos cursos de Ciências Humanas, qualifica o discurso, empodera o indivíduo, dá aos guetos a representatividade nunca antes possuída. O mito do “negro diferente” vai se desmantelando; esse negro entende que é preciso impor-se, afirmar-se como detentor dos valores de pessoa, digno de respeito.²⁸ O branco deixa de ser referência; o negro se autorreferencia. A reação das elites tardou, mas aconteceu. Numa sucessão de golpes interromperam os governos populares. Um ressentimento aliado a ideologias de segregação e dos mais diversos preconceitos, compõe um (des)governo que representa bem aqueles que tiveram esse país sob sua tutela por 500 anos.

Como nas lutas pela queda do regime militar e o restabelecimento da democracia, os movimentos sociais ganham força e marcam resistência. As lutas populares retomam as falas, as ações; aquelas que permaneciam numa situação um pouco mais “confortável”, retumbam seus tambores, reocupam as trincheiras para que as poucas conquistas não sejam perdidas. Quando os negros começam a ocupar a academia, a consciência de sua condição ganha amplitude. As lutas isoladas ganham um espaço que não tinham, surge um lugar de fala para que suas vozes sejam ouvidas, enfim. Entende-se que não houve passividade, que não vieram cativos para o Brasil, mas que foram escravizados. Começa-se a entender o racismo como constituinte da estrutura socioeconômica brasileira; reconhece-se os privilégios da

²⁷ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/11/07/numero-de-alunos-pretos-e-pardos-na-ufrj-cresceu-71percent-desde-a-adocao-das-cotas-aponta-levantamento.ghtml>

²⁸ SOUZA, N. S., *Tornar-se negro*, p. 56

“branquitude”; com isso, o apoio e criação de políticas de inclusão passam a fazer parte do portfólio de ações antirracistas e das lutas cotidianas organizadas.²⁹

Um exemplo de ações de resistência para derrubar os muros construídos pela elite carioca com o objetivo de isolar os “indesejáveis” em guetos suburbanos é o “Redes da Maré” (<https://www.redesdamare.org.br/>). É um lugar de produção de conhecimento para caminhar rumo à superação das estruturas excludentes, racistas. Esse tipo de organização é resultado do ganho de consciência, do reconhecimento das desigualdades, da percepção dos privilégios de alguns onde os que agora se organizam não se incluíam.

A retomada dos quilombos como lugares de resistência e preservação da cultura ancestral é mais um indicativo de reafirmação identitária. Na cidade do Rio de Janeiro podemos citar alguns como: Sacopã, Pedra do Sal, Camorim. São espaços de teimosia, de preservação da ancestralidade, de resgate daquela rebeldia dos escravizados, porque a escravidão apenas se modernizou, mas nunca acabou. Temos também a memória quase apagada do Quilombo do Leblon, onde os habitantes cultivavam camélias, flores que se tornaram um poderoso símbolo do movimento abolicionista.³⁰ A “comida de escravo”, feita com as vísceras de animais, feijão, fubá, farinha de mandioca no tempo da colônia³¹ sendo disseminada na cidade como parte constituinte de sua cultura é uma forma autêntica de reafirmar a contribuição da gente preta na construção da identidade carioca.

Superar a referência branca, tornar-se e reconhecer-se negro em si mesmo é urgentíssimo! Assim, o negro precisa de um “ideal de ego que lhe configure um rosto próprio, que encarne seus valores e interesses...um ideal construído através da militância política, lugar privilegiado de construção transformadora da história” (SOUZA, 2021, p.77). O sistema excludente que predomina no Rio de Janeiro passa, muitas vezes, despercebido; isso é proposital. O que nos cabe é um despertar para percebermos os privilégios de alguns em detrimento do sofrimento de muitos. Atitude antirracista é tarefa de todos.³² Uma cidade verdadeiramente maravilhosa só será possível quando todos puderem viver e conviver nela, pacificamente. O Rio de Janeiro só será realmente lindo quando ele for todo acessível a todos. Aquele abraço!

²⁹ RIBEIRO, D., *Pequeno manual antirracista*, p. 23-49

³⁰ SIMAS, L.A., *Almanaque de brasilidades*, p. 169

³¹ PRIORE, M. D., *Histórias da gente brasileira*, p. 254

³² RIBEIRO, D., *Pequeno manual antirracista*, p. 107

Conclusão

Se a estrutura racista foi instaurada, ela pode ser superada. A cidade do Rio de Janeiro é um exemplo muito nítido de como um sistema que segrega pela cor da pele pode prejudicar a vida de todos. O modelo separatista da cidade traz malefícios a todos, ainda que alguns estejam menos suscetíveis a estes infortúnios. Porém, as dificuldades vividas pelos mais pobres acaba, de alguma forma, atingindo os abastados. A diferença é que esses últimos tiram vantagens com a desgraça dos primeiros. A elite carioca, herdeira das políticas de escravização do Brasil Colônia, faz de tudo para garantir seus privilégios, ainda que o drama vivido pelos pobres respingue em algum membro da aristocracia. É um prejuízo pequeno compensado pelo vultoso lucro.

Porém, um conjunto de movimentos insurge para mudar essa realidade. As políticas sociais adotadas pelos governos populares entre 2003 e 2014 já são os primeiros resultados das lutas organizadas das classes menos visíveis. Nada mudará a partir daqueles que se beneficiam do sistema; os privilegiados sempre vão querer perpetuar suas garantias de exclusividade. Eles são os descendentes daqueles que construíram verdadeiros impérios sob os escombros da destruição do outro. A demolição da sociedade elitista precisa começar pelo abalo da estrutura racista, porque esta é quem sustenta os “senhores de engenho” contemporâneos.

A esperança está mais viva do que nunca. As universidades sendo ocupadas por negros, as favelas organizando o povo, produzindo conhecimento, o negro se autorreferenciando, o mundo intelectual com cada vez mais representantes dos descendentes dos povos originários, o racismo sendo combatido, vigorosamente; ainda que ele insista em resistir, ele morrerá. Uma nova cidade é possível, assim como um novo mundo; e eles chegarão, construídos por nossas lutas. Porque só a luta muda a vida...para melhor.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, S. *Racismo estrutural*. São Paulo: Ed. Jandaíra, 2021.
- FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: Ubu editora, 2020.
- FREYRE, G. *Casa-grande & senzala*. São Paulo: Global, 2006.
- GOMES, L. *1808*. São Paulo: Ed. Planeta, 2007.
- HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- LOPES, N. *Enciclopédia brasileira da diáspora africana*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

NASCIMENTO, A. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, B. *Uma história feita por mãos negras*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

PRIORE, M. D. *Histórias da gente brasileira*. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

RIBEIRO, D. *Manual antirracista*. São Paulo: Cia. das Letras, 2019.

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Global, 2015.

SIMAS, L. A. *Almanaque de brasilidades: um inventário do Brasil popular*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2018.

SOUZA, N. S. *Tornar-se negro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.